



# Reflexões acerca da relação entre cultura, estado e mercado no Brasil<sup>1</sup>

## *Reflexions about the relation between culture, market and state in Brazil*

*Janaina Machado Simões<sup>2</sup>*

*Marcelo Milano Falcão Vieira<sup>3</sup>*

### Resumo

O tema cultura vem despertando um crescente interesse tanto por parte do meio acadêmico quanto por parte de organizações públicas e privadas no Brasil. Grande parte das discussões em torno do tema tem, genericamente, dois focos principais: o Estado e o Mercado. A já existência de uma indústria cultural, que incorpora lógicas mercantis e busca racionalizar sua forma de gestão, é a cada dia mais evidente. Assim, é necessário refletir a respeito das contradições existentes nessa incorporação e, mais do que isso, em que bases tal indústria vem buscando sua legitimidade social perante o ambiente ao qual pertence. Diante dessa problemática pretende-se neste ensaio apresentar e analisar alguns efeitos da influência do Estado e do mercado, bem como de suas respectivas lógicas, no campo da cultura, ressaltando aspectos relativos especificamente ao contexto brasileiro. Aponta-se o fato de que a mercantilização da cultura e o papel secundário que o campo da cultura adquiriu não são fenômenos recentes e sim processos construídos historicamente pela própria sociedade e que sofreram fortes influências do Estado e do Mercado ao longo do tempo.

**Palavras-chaves:** Cultura, estado, mercado.

### Abstract

There is a growing interest in cultural studies on the part of the academy as well as public and private organizations in Brazil. Most of the debate around this theme has two main focuses: the State and the Market. The existence of a cultural industry, which incorporates market logics and seeks to rationalize its administration practices, is evident. Thus, it is necessary to reflect on the existing contradictions in this incorporation and, besides, how this industry has been searching for social legitimacy. The aim of this article, thus, is to present and analyze some of the effects of the influence of the State and the market, as well as of its respective logics in the field of culture, emphasizing some aspects relating specifically to the Brazilian context. We register the fact that the mercantilization of culture as well as the secondary role that this field has achieved are not a recent phenomenon. It is a processes historically constructed by society and which suffered strong influences from the State and the Market along the time.

**Keywords:** Culture, state, market.

<sup>1</sup> Recebido em 7 de junho de 2005, aprovado em 7 de novembro 2005.

<sup>2</sup> Mestranda em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Pesquisadora do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional ( [www.observatorio.dca.ufpe.br](http://www.observatorio.dca.ufpe.br)). E-mail: [jsimoes@fgvmail.br](mailto:jsimoes@fgvmail.br)

<sup>3</sup> Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Pesquisador nível 1 do CNPq e Coordenador do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional ( [www.observatorio.dca.ufpe.br](http://www.observatorio.dca.ufpe.br)). Editor da revista Caderno EBAPEBR ([www.ebape.fgv.br/cadernosebape](http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape)). E-mail: [mmfv@fgv.br](mailto:mmfv@fgv.br)



## Introdução

Estudos com enfoque nas práticas mercadológicas em torno da cultura e na transformação do setor cultural em um meio produtivo para ganhos financeiros estão se tornando cada vez mais comuns. Tal fato demonstra que as organizações culturais vêm adotando práticas que satisfaçam às exigências do ambiente técnico e mercadológico ao qual pertencem.

Porém, mesmo diante dessa perspectiva, muitas organizações culturais adotam estruturas, regras, normas e valores que não respondem a uma lógica de eficiência com foco no mercado, e sim a uma lógica institucional, na qual são adotados símbolos, valores, ritos e ações cerimoniais – socialmente construídos – visando à legitimação e ao reconhecimento social.

Nesse sentido, os estudos já realizados no Brasil, como os desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional, a respeito da incorporação de uma lógica mercantil pela cultura, apresentam comprovações empíricas – com base na teoria institucional e de campos organizacionais – de que a base originalmente lúdica da cultura estaria gradualmente dando lugar a uma base instrumental, que passa a orientar as ações das organizações culturais em detrimento ao papel central do Estado nesse processo.

O desenvolvimento de tais estudos permitiu grandes avanços na compreensão do papel da cultura no contexto brasileiro e, ao mesmo tempo, trouxeram à tona diversas questões que necessitam ser repensadas, tanto no plano teórico quanto no plano empírico, principalmente aquelas ligadas às perspectivas teóricas utilizadas nesses estudos e aos efeitos advindos das transformações ocorridas no campo da cultura.

A utilização da abordagem institucional parece ser de grande valia para compreender as questões que tratam da cultura em um contexto em que a complexidade de relações e a subjetividade das ações organizacionais parecem ser uma característica determinante. Além disso, a teoria de campos organizacionais vem se mostrando uma grande ferramenta teórica para compreensão da relação das organizações culturais com outros atores que fazem parte de seu ambiente.

Diante dessa problemática pretende-se neste ensaio apresentar e analisar alguns efeitos da influência do Estado e do mercado, bem como de suas respectivas

lógicas, no campo da cultura, ressaltando aspectos relativos especificamente ao contexto brasileiro.

## Compreendendo a cultura

Nas sociedades contemporâneas, as atividades culturais, ao se tornarem elemento constitutivo de uma determinada etapa civilizacional, ganharam um espaço político próprio, exigindo a criação de estruturas administrativas específicas (MARQUES, 1995) e, conseqüentemente, acabaram adquirindo características, papéis e significados distintos ao longo do tempo.

No Brasil, o tema cultura tem sido alvo de diversas discussões. Braga (1976), em época de ditadura militar, defendia que a cultura se identifica, desde os primeiros instantes de projeção autônoma do perfil nacional, como um sistema de relações coeso, harmonioso, unitário. Nesse período, a cultura estaria bem próxima de ser utilizada como representante de uma ideologia.

Atualmente, Faria (2000) defende que o debate público sobre o desenvolvimento tem levado a compreender-se a cultura como componente da qualidade de vida e cenário fundamental em que o próprio desenvolvimento acontece. Cultura, hoje, é um segmento cada vez mais importante para o desenvolvimento integrado das sociedades e para o crescimento econômico propriamente dito, comparando nesse novo cenário tanto como importante elemento produtor e empregador nas áreas de bens e serviços, quanto como setor capaz de qualificar a nova mão-de-obra requerida no mundo contemporâneo (BALABAN, 1998). Percebe-se então que, hoje, a cultura está cada vez mais permeada por um conceito de produto ou sendo considerada como mercado em expansão do qual surgirão novas formas de comércio e de emprego.

A cultura também é vista como ferramenta para amenizar problemas sociais e econômicos. Assim, ligações entre cultura e cidadania, cultura e desenvolvimento são temas constantes nas discussões acadêmicas. Para Moreira (2000), a ação cultural contribui para a superação das desigualdades sociais, para o fomento, criação e manutenção dos espaços públicos ou privados, na forma do desenvolvimento econômico e na geração de renda, fatores importantíssimos para a formulação de uma política cultural alternativa.

Nesse sentido, Ferron (2000) acrescenta que o



direito à cultura, numa sociedade minimamente civilizada, nasce com o indivíduo e deve, portanto, ser atributo natural. Assim, o pleno acesso à cultura é uma condição que a educação deve garantir, porque a segregação cultural é mais avassaladora que a marginalidade econômica ou o confinamento étnico.

Entretanto, até que ponto a universalidade cultural, atualmente defendida por vários teóricos, realmente permite uma manifestação livre da cultura em seu sentido mais amplo ou restringe-se a um uso controlado por aqueles que detêm o poder? Parece estar-se cada vez mais distante da visão que Marcuse (2000) apresenta de cultura como agente capaz de desempenhar um papel de transformação do *status quo*.

A discussão a respeito de cultura fica mais clara no momento em que se começa a pensar a respeito do que é tangivelmente produzido por ela. Aí se encontra então um conflito entre o produto cultural, isto é, aquilo que serve a uma lógica mercadológica e não é feito por aqueles que o usufruem, e o que seria considerado manifestações culturais, ou seja, o resultado cultural que mantém seu caráter e sua lógica predominantemente lúdica.

## A cultura como campo organizacional

As estruturas formais das organizações, de acordo com Carvalho e Vieira (2003), parecem surgir como um reflexo de valores e normas institucionais em um processo no qual a pressão do ambiente institucional posiciona-se numa atitude isomórfica em relação às instituições sociais. Dessa forma, as organizações são influenciadas por pressões normativas do Estado e de outros organismos reguladores, buscando adaptar suas estruturas e procedimentos, isto é, serem isomórficas, às expectativas do contexto.

Machado-da-Silva, Fonseca e Fernandes (2000, p. 139) sugerem que “muitos programas, políticas e tecnologias são adotadas nas organizações por força de orientações textuais, como manifestações de regras e significados, fixados em estruturas construídas e institucionalizadas na sociedade”. A adoção de práticas institucionalizadas denota a necessidade da busca por legitimidade das organizações na sociedade, o que acaba tornando as práticas organizacionais mais homogêneas.

Mesmo assim, para Carvalho e Vieira (2003), há situações em que a atividade organizacional baseada na necessária ação cerimonial e ritual, base de sua legitimidade institucional, vai de encontro às rígidas

medidas de eficiência técnica, provocando, assim, uma relação conflituosa entre a eficiência e a legitimidade.

Para Goulart e Vieira (2003), o ambiente institucional é fundamental para determinadas organizações, pois os recursos simbólicos da organização (reconhecimento social e legitimação) representam requisitos básicos para a obtenção de seus recursos materiais (tecnologia, pessoas, finanças e matéria-prima).

A questão fundamental nessa ótica, segundo Hall e Taylor (2003), é evidentemente saber o que confere “legitimidade” a certos arranjos institucionais antes do que a outros.

Assim, para Marques (1995), a organização institucional da cultura muda, com maior ou menor significado, de país para país, refletindo não só as diferentes contradições administrativas, como diferentes realidades no que diz respeito ao papel do Estado e à autonomia e participação da sociedade civil.

As organizações culturais, em sua maioria, segundo Goulart, Menezes e Gonçalves (2003), são reguladas pelo Estado e dependem de seu financiamento para desenvolver suas atividades. Ao mesmo tempo, de acordo com os autores, precisam obter a legitimidade de suas ações para garantir sua sobrevivência, fazendo tais organizações abandonarem suas antigas estruturas e processos de gestão e incorporarem modelos gerenciais tipicamente privados.

Goulart, Menezes e Gonçalves (2003) inferem, ainda, que a sobrevivência de uma organização cultural dependerá da manutenção de um permanente ajuste entre as pressões de legitimidade, impostas pelo seu ambiente institucional por meios de normas e costumes socialmente aceitos, e as exigências do ambiente técnico pela eficiência e eficácia. A desarmonia nesse ajuste poderá acarretar relações conflituosas entre eficiência e legitimidade.

Assim, DiMaggio e Powell (1991, p. 267) acreditam que “para entender a institucionalização das formas organizacionais, faz-se necessário compreender os processos de institucionalização e estruturação do campo organizacional”. Este chamado campo organizacional é formado pelo conjunto de organizações que se relacionam e se influenciam de alguma forma. Fazem parte do campo organizacional as organizações que controlam, regulam, organizam e representam as outras organizações dentro do campo. Dentre os principais atores institucionais, os autores destacam as profissões e o Estado como os maiores racionalizadores





na segunda metade do século XX (DIMAGGIO e POWELL, 1991, p. 267).

O Estado, segundo Scott (1995), é visto como um agente coletivo nos campos organizacionais, que opera basicamente via processo normativo, regulando as atividades, estabelecendo leis, alocando recursos-chave, impondo taxas e impostos, garantindo patentes, enfim, exercendo o controle regulatório. Já os grupos profissionais controlam o conhecimento formal e exercem seus controles via processos normativos e cognitivos, que são controlados pelos sistemas de crenças, por meio dos quais eles definem a realidade, criando tipificações e elaborando princípios de conduta e ação (SCOTT, 1995).

Na área cultural, para Durand (2001), há uma pluralidade de interesses ativos: grupos, associações, organismos, revistas, fontes de financiamento, identidades e qualificações intelectuais, técnicas, estéticas, políticas e administrativas, com diversos interesses e pontos de vista que se confrontam em espaços sociais relativamente independentes entre si.

A dificuldade em estabelecer os limites do campo da cultura parece evidente, já que há configurações estaduais, locais, federais, que podem variar de acordo com a área da cultura que se prioriza. Além disso, o papel do pesquisador parece estar posto à prova, pois, além de precisar deixar cada vez mais claras suas opções teóricas, necessita estabelecer conversações entre teorias e metodologias de estudo que consigam contornar as limitações por elas apresentadas.

Diversas questões em relação à cultura brasileira não foram ainda respondidas. Há várias lacunas quanto ao papel da cultura atualmente e quanto à lógica que predomina em suas manifestações ou gestão. Verifica-se que o campo da cultura no Brasil apresenta uma série de contradições, fruto de sua evolução histórica e de suas relações com atores do Estado e do Mercado que ainda carecem de análises aprofundadas.

## O Estado e a cultura

O papel do Estado também vem sendo significativo no desenvolvimento dos campos organizacionais da cultura, seja por meio do poder coercitivo que exerce, seja por meio da dependência de financiamento e legislações de incentivo que proporciona. Pode-se questionar ainda se não seria o Estado o responsável original pela incorporação da lógica gerencialista e de

mercado pelo campo da cultura, uma vez que o próprio Estado incorporou tal lógica e vem atribuindo ao mercado um papel que originalmente era seu.

Carvalho, Pacheco e Guimarães (2004) apresentam uma reavaliação de artigos que tratam do campo da cultura e têm por base a teoria institucional e a de campos organizacionais. Os autores apontam que todos os textos possuem como elo em comum o papel do Estado e das políticas públicas como determinantes das mudanças ocorridas nas ações das organizações. O Estado assume, em diferentes contextos, papéis de dinamizador, preservador, fomentador, transformador, legislador e controlador e, mesmo com a transformação que o Estado sofreu mediante a reforma gerencial, seu papel de interventor permanece.

Para Dória (2001), a primeira intervenção do Estado na esfera cultural está centrada precisamente na definição do que a sociedade deve reconhecer como cultura; ele fixa e define para a sociedade, em cada momento histórico, o que se reconhece como cultura. Para o autor, é fácil perceber que, no caso brasileiro, muitas vezes o Estado “fabricou” o mercado, manipulou a economia. Porém não é tão simples dar-se conta de como ele inventou a cultura. Dória (2001) afirma ainda que a cristalização da cultura em instituições deu-se no processo de independência e formação do Estado brasileiro, que pode ter como marco inicial a Biblioteca Nacional, formada por D. João VI.

De 1930 a 1953, as ações do Estado na área cultural estiveram a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública – MESP; em 1953, o MESP foi desmembrado, dando lugar ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação e Cultura – MEC (SILVA, 2001); e, apenas com o lançamento da Política Nacional de Cultura – PNC, em 1975, a área cultural passou a ocupar um lugar de destaque entre as políticas governamentais. De acordo com Faria (*apud* SILVA, 2001), até agora quem teria melhor entendido a cultura como uma questão estratégica foram os governos militares, os governos autoritários que quiseram criar uma cultura oficial no país.

Já em 1985, no início do governo José Sarney, surgiu o Ministério da Cultura – MinC. Até então jamais existira um órgão próprio com a missão explícita de formular, operacionalizar e coordenar as ações governamentais voltadas especificamente para a área da cultura (SILVA, 2001). A criação do MinC, porém, não trouxe para a área cultural a esperada estabilidade



institucional, já que, nos primeiros dez anos de sua existência, o Ministério da Cultura teve nada menos que oito ministros, e, entre 1990 e 1992 – no governo Collor –, deixou de existir, dando lugar à Secretaria da Cultura, que, por sua vez, teve dois secretários durante o período (SILVA, 2001).

Com o objetivo de incrementar o setor cultural, que estava bastante abalado após a década de 80, surge então, nos anos 90, um movimento de reestruturar o setor cultural, por meio de incentivos e benefícios fiscais. De acordo com Balaban (1998), foi feito um esforço importante, e bem-sucedido, no sentido de simplificar, agilizar e normatizar os mecanismos de apresentação, de avaliação de projetos e de divulgação das leis junto aos potenciais mecenas.

Se o Estado dá suporte aos aparatos material e imaterial da cultura em seus segmentos mais tradicionais, assumindo assim um papel conservador, de acordo com Dória (2001), de outra forma busca inovar pelo recurso do mercado. Para o autor, durante os anos 90, a busca de um “modelo de financiamento da cultura” foi a preocupação central do poder público federal. Isso se deveu não apenas à institucionalização da função “cultura” no Estado, levando à criação do Ministério da Cultura e à necessidade de recursos para manter seu aparato burocrático, mas também à crescente demanda dos setores urbanos por produtos de consumo identificados como “culturais”, levando à expansão das áreas em que o Estado precisaria atuar para manter minimamente seu papel no processo de geração de “identidades nacionais” (DÓRIA, 2001).

Esse período reafirmou o papel do Estado como impulsionador do setor, além de trazer para as indústrias novos interesses de investimentos e participação. Conforme afirma Moises (1998), para implementar suas propostas, o Ministério da Cultura estimulou a formação de uma visão empresarial moderna, segundo a qual as vantagens dos incentivos fiscais para a cultura devem associar-se tanto ao marketing cultural quanto a um claro compromisso das empresas com a sua comunidade.

Ainda segundo Moises (1998), a idéia central do governo, no caso das empresas, foi oferecer-lhes benefícios fiscais generosos que ajudassem a criar as condições institucionais e o ambiente indispensável para que elas aportassem recursos mais volumosos ao desenvolvimento cultural do país.

Já para Feijó (2003), as políticas culturais sempre foram impregnadas pelo interesse, estando seu conceito, atualmente, em formação. O autor ainda destaca que o desmonte do Estado levou a uma ausência considerável de políticas. É desenvolvido ainda no tempo que as políticas culturais diante do contexto globalizado acabam servindo a uma cultura que seria o ópio do povo, não havendo espaço para a crítica e passando uma imagem errônea de espontaneidade e democracia. O autor afirma que a política cultural tem favorecido a privatização da cultura.

Tal perspectiva parece banhar-se no radicalismo ao afirmar que a cultura seria o ópio do povo, não havendo espaço para a crítica. Esse argumento não é totalmente inválido, mas deve ser considerado o fato de haver uma contracultura, que mesmo não sendo predominante, busca realizar uma crítica ao *status quo*. Além disso, apesar de haver um papel passivo da população diante da mercantilização da cultura, questiona-se se a própria sociedade não estaria legitimando esse processo de massificação.

## O mercado e a indústria cultural

A categoria indústria cultural vem a público pela primeira vez em 1947, quando já se tornava visível a existência de um setor da produção da cultura comprometido com as estruturas de mercado. Teixeira Coelho (1980) apresenta a revolução industrial, o capitalismo liberal, a economia de mercado e a sociedade de consumo como o quadro caracterizador da indústria cultural. Assim, o conceito de indústria cultural, conforme destaca Costa (2001), busca identificar a forma como a arte se submeteu à condição de mercadoria.

Os teóricos de Frankfurt, assim como alguns autores atuais alinhados com o pensamento frankfurtiano, enfatizam o caráter de doutrinação político-ideológica da indústria cultural e falam, sobretudo, de seu serviço em favor da manutenção do *status quo* e de uma economia baseada no consumo (MANCEBO, 2002). Dessa forma, para o autor, a indústria cultural, ao mesmo tempo em que desvaloriza os produtos culturais por meio da homogeneização e da produção com fins meramente lucrativos, seria responsável pela despotencialização da capacidade crítica dos indivíduos, educando-os apenas para a conservação e o consumo.



Adorno e Horkheimer, sob o ponto de vista de Cohn (1986), passam a fazer uso do termo indústria cultural em vez de cultura de massas, para excluir de antemão a interpretação de que se trata de uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas, na forma contemporânea da arte popular, da qual a indústria cultural se distingue radicalmente. A indústria cultural junta elementos atribuindo-lhes uma nova qualidade e em todos os seus ramos fazem-se, segundo um plano, produtos adaptados ao consumo das massas que, em grande medida, determinam esse consumo. Os diversos ramos assemelham-se por sua estrutura, ou pelo menos se ajustam uns aos outros, somando-se quase sem lacunas para constituir um sistema, graças tanto aos meios atuais da técnica, quanto à concentração econômica e administrativa (COHN, 1986).

Nesse sentido, para Adorno (1986), toda a prática da indústria cultural transfere a motivação do lucro às criações espirituais, já que a autonomia das obras de arte, que, é verdade, quase nunca existiu de forma pura e que sempre foi marcada por conexões causais, vê-se abolida pela indústria cultural, com ou sem vontade consciente de seus produtos, e vai se procurar o cliente para lhe vender um consentimento total e não crítico.

Marcuse (2000) também discute a problemática da cultura, enfatizando a questão da arte em uma sociedade dimensional e partindo de uma autocrítica a respeito de qual seria o potencial da arte. A arte seria, assim, o único elo que conectaria o presente com a esperança de futuro, diante do caráter totalitário e despojado de significado que a sociedade teria adquirido. O autor questiona a sobrevivência da arte e a necessidade de ela desempenhar um papel revolucionário e não se assumir como parte do “estabelecido”, como uma mercadoria vendável. A nova função da arte seria assumir uma posição de protesto, repulsa e recusa, uma vez que a arte hoje, em virtude de seus elementos históricos, responde à crise da própria sociedade. Marcuse (2000) ainda questiona o potencial de libertação da arte, estabelecendo que o conceito de arte política é limitado, apesar de poder guiar a construção de uma nova sociedade. Além disso, a arte como reconstrução pressupõe mudanças sociais profundas, tendo um papel de exprimir e comunicar tal reorientação.

Mesmo com o espaço aberto para as discussões do conceito de arte, é deixada em segundo plano a busca por uma explicação mais profunda das contradições pelas quais a arte passa e de sua relação com o

“estabelecido”, com o *status quo*, uma vez que a arte é intrínseca ao sistema e quem a pratica ou assiste faz parte dele.

Nesse sentido, Adorno (2003) apresenta em alguns de seus trabalhos, uma discussão a respeito da relação entre cultura e administração, defendendo a idéia de que a cultura, por ser a manifestação da sociedade em estado puro, estaria abstraída de qualquer contexto funcional, sendo danosas sua gestão e planificação. Assim, seria preciso resistir à tendência de negar as contradições existentes na administração da cultura. O autor defende que a teoria weberiana da racionalidade não seria legítima para a cultura, pois impõe a ela a preocupação com a eficiência, levando assim a um processo de alienação.

Isso porque, para o autor, a cultura seria o protesto do particular contra o geral na medida em que mantém aberto o conflito do particular, enquanto a administração representaria a dominação do geral contra o particular. Assim, a incompatibilidade entre cultura e administração seria o testemunho do antagonismo do mundo da uniformização. Antigamente, a cultura tinha um lugar que era seu e, hoje, passaria a ser funcionalizada, calculada como mercadoria, em uma lógica administrativa que a racionaliza, destrói sua essência e cassa sua crítica e espontaneidade. Mesmo assim, para o autor aquele que tem consciência crítica e serve os meios administrativos sempre tem condições de realizar alguma coisa que seja diferente da simples cultura administrada.

Adorno (2002) possui uma visão muito mais inflexível – em relação a outros teóricos críticos como Benjamim e Marcuse – sobre o fato de que a cultura não pode ser administrada. Embora apresente a cultura como tendo elementos históricos, talvez não explicita bem como contornar o fato de a cultura servir a objetivos instrumentais e funcionalistas não ser recente. Parece ser deixado em segundo plano o fato de que, mesmo diante das pressões da ideologia dominante, os próprios artistas subordinam-se ao mercado e aceitam ser dominados. Mesmo assim, ao contrário das críticas que os teóricos-críticos geralmente recebem, o autor apresenta um caminho para a transformação da sociedade, sendo este o próprio exercício livre, engajado e crítico da arte.

Para Adorno (1986), a indústria cultural é importante como característica do espírito dominante e querer subestimar sua influência, por ceticismo, com relação ao que ela transmite aos homens, seria prova de





ingenuidade, tendo em vista que as idéias de ordem que a indústria cultural inculca são sempre as do *status quo*, sendo aceitas sem objeção, sem análise, renunciando à dialética, mesmo quando elas estão sob sua influência (ADORNO, 1986). Na indústria cultural, para o autor, o conformismo substitui a consciência e o consenso que ela alardeia reforça a autoridade cega e impenetrada, em que a satisfação compensatória que a indústria cultural oferece às pessoas, ao despertar nelas a sensação confortável de que o mundo está em ordem, frustra-as na própria felicidade que ela ilusoriamente lhes propicia. O efeito de conjunto da indústria cultural, de acordo com Adorno (1986), impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e decidir conscientemente.

## Conclusão

Quando se debate sobre a quem caberia a cultura, defendendo-se que esta seria responsabilidade do Estado, enfrenta-se uma realidade na qual se busca agregar à cultura finalidades que preencham lacunas deixadas por outros setores – com distintos valores e interesses, como o social e o econômico. Já quando se advoga que a cultura caberia ao mercado, chega-se à contradição de impor-se uma lógica administrativa, uma racionalidade que não seria originalmente parte da cultura. Mas o que não pode ser deixado de lado é que o papel do Estado foi e continua sendo central no processo de mercantilização da cultura.

Mesmo diante de tais discussões, é clara a existência de uma indústria da cultura que incorpora lógicas mercantis e busca cada vez mais racionalizar sua forma de gestão em busca da eficiência. A cultura como negócio já está consolidada. Porém, ainda é preciso refletir criticamente a respeito das contradições existentes nessa incorporação e, mais do que isso, em que bases tal indústria vem buscando sua legitimidade social perante o ambiente do qual faz parte. Inicialmente caberia analisar se a sobrevivência de uma organização cultural depende do ajuste entre as lógicas substantiva e mercantil, ou se a lógica de mercado já não estaria sendo institucionalizada no campo da cultura. Parece que, dessa forma, estaria cada vez mais difícil definir objetivamente o que as organizações culturais entendem (e praticam) por eficiência.

Além disso, parece ser deixada em segundo plano a discussão sobre as conseqüências a que, em longo

prazo, as organizações culturais estariam expostas com o desenvolvimento de uma indústria cultural e com a predominância de uma lógica mercadológica e gerencial. É importante questionar algumas implicações dessa perspectiva, analisando criticamente que papel a cultura passaria a assumir, a que interesses passaria a servir e, acima de tudo, se seu desenvolvimento não estaria apenas reproduzindo e consolidando processos de manipulação e alienação presentes na sociedade.

Outro ponto a ser destacado é o fato de que a perspectiva de análise viabilizada pela teoria institucional vem apresentando algumas limitações como: a) a dificuldade de, diante do contexto brasileiro, se estabelecerem critérios de análise consistentes para a definição de algum limite entre os ambientes técnico e institucional, uma vez que o próprio conceito de eficiência parecer estar institucionalizado; e b) no momento em que o papel do público – ou cliente – da cultura é deixado em segundo plano nas análises realizadas, parece estar se desconsiderando que esse ator pode ser um dos principais responsáveis pela manutenção do componente lúdico da cultura, ou ainda caracterizando esse ator como incapaz de refletir criticamente e reagir a um processo de manipulação diante de um sistema dado e estabelecido.

Por fim, cabe destacar que os resultados empíricos já encontrados em relação às organizações culturais com a utilização da teoria institucional – como a mercantilização da cultura e os conflitos entre a lógica instrumental e lúdica que a administração desta gera – parecem ir ao encontro das indicações teóricas apontadas por uma perspectiva crítica de análise da cultura de autores como Adorno, Horkheimer e Marcuse. Mesmo diante da impossibilidade – *a priori* – de uma conversação entre teorias ditas funcionalistas com teorias consideradas críticas, parece ser possível buscar nas abordagens teórico-críticas elementos de análise que apontem as contradições em torno da compreensão do papel da cultura e suas relações com atores do Estado e do mercado, possibilitando, assim, preencher as lacunas deixadas e avançar diante das limitações teóricas que a teoria institucional oferece.

Ao refletir-se a respeito da atual situação da cultura no Brasil, parece evidente que esta – diante dos diversos problemas sociais e econômicos do país, não é a pauta central, nem da sociedade e nem do mercado, tampouco é uma prioridade governamental. Obviamente, não se ignora o interesse do mercado em certos “produtos”



culturais, nem o protesto de alguns grupos pelo sucateamento do aparelho estatal cultural e muito menos o fato de algumas políticas públicas utilizarem a cultura como ferramenta de inclusão social. Mas o importante a ser destacado e repensado é o fato de que não é um fenômeno recente o papel secundário que o campo da cultura ocupa atualmente. É um processo construído historicamente pela própria sociedade e que sofreu fortes influências do Mercado e, principalmente, do Estado ao longo do tempo.

## Referências bibliográficas

- ADORNO, T. "A indústria cultural". In: COHN, G. (Org). *Theodor Adorno*. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a indústria da cultura*. Coimbra: Angelus Novus, 2003.
- BALABAN, M. D. "Os indicadores quantitativos da cultura". In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (orgs.). *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da Funarte, 1998.
- BRAGA, N. *Aspectos da política cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976.
- CARVALHO, C.; PACHECO, F. L.; GUIMARÃES, R. G. Análises organizacionais no campo da cultura e a importância do Estado. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2004. 1 CD ROM.
- \_\_\_\_\_; VIEIRA, M. M. F. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In: CARVALHO, C.; VIEIRA, M. M. F. *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do observatório da realidade organizacional*. Recife: Edufepe, 2003.
- COHN, G. (org). *Theodor Adorno*. São Paulo: Ática, 1986.
- COSTA, B. C. G. Barbárie estética e produção jornalística: a atualidade do conceito de indústria cultural. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 76, outubro 2001.
- DIMAGGIO, P.; POWELL, W. *The new institutionalism in organizational analysis*. London: University of Chicago Press, 1991.
- DÓRIA, C. A. A merencória luz do Estado. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.15, n. 2, abril/junho 2001.
- DURAND, J. C. Cultura como objeto de políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, abril/junho 2001.
- FARIA, H. "O desenvolvimento cultural como desafio". In: FARIA, Hamilton; NASCIMENTO, M. H. do (orgs.). *Desenvolvimento cultural e planos de governo*. São Paulo: Polis, 2000.
- FEIJÓ, M. C. "As políticas culturais da globalização". In: BRANT, L. (org.) *Políticas culturais* (vol. 1). Barueri, SP: Manole, 2003.
- FERRON, F. "Cultura, produção e consumo: meandros e perspectivas". In: FARIA, H.; NASCIMENTO, M. H. do (Orgs.). *Desenvolvimento cultural e planos de governo*. São Paulo: Polis, 2000.
- GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F. "Desenvolvimento, poder local e estrutura simbólico-normativa das universidades". In: CARVALHO, C.; VIEIRA, M. M. F. *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do observatório da realidade organizacional*. Recife: Edufepe, 2003.
- \_\_\_\_\_; MENEZES, M. F.; GONÇALVES, J. C. "Composição e características do campo organizacional dos museus e teatros da região metropolitana de Recife". In: CARVALHO, C.; VIEIRA, M. M. F. *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do observatório da realidade organizacional*. Recife: Edufepe, 2003.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, 2003.
- MACHADO-DA-SILVA, C.; FONSECA, V.; FERNANDES, B. "Cognição e institucionalização na dinâmica das mudanças em organizações". In: CUNHA, M. P.; RODRIGUES, S. B. (org.). *Manual de estudos organizacionais: temas de psicologia, psicossociologia e sociologia das organizações*. Lisboa: RH, 2002. p. 89-109.
- MANCIBO, D. Globalização, cultura e subjetividade: discussão a partir dos meios de comunicação de massa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 18, n. 3, setembro/dezembro 2002.
- MARCUSE, H. "A arte na sociedade unidimensional". In: LIMA, Luiz Costa (org.) *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MARQUES, F. P. *De que falamos quando falamos de cultura*. Lisboa: Presença, 1995.
- MOISES, J. A. "Os efeitos das leis de incentivo". In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (Orgs.). *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da Funarte, 1998.
- MOREIRA, A. J. "A cultura como articuladora da sociedade". In: FARIA, H.; NASCIMENTO, M. H. do (orgs.). *Desenvolvimento cultural e planos de governo*. São Paulo: Polis, 2000.
- SCOTT, R. "Introduction: institutional theory and organizations". In: SCOTT, R.; CHRISTENSEN, S. *The institutional construction of organizations: international and longitudinal studies*. Thousand Oaks (CA): Sage Publications, 1995.
- SILVA, V. M.da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.